

"FORAM DEMASIADOS OS COMPANHEIROS DE BERLINDE, DE  
PONTAPÉS-EM-BOLAS-DE-TRAPOS, DE CAÇA-AOS-NINHOS  
NAS VARELAS DAS ALDEIAS, QUE FICARAM PELO CAMINHO  
ENTREGUES AOS CAPRICHOS DE ZODÍACO... E COM ELES  
FICOU A ESPERANÇA DE UM AMANHÃ MAIS HUMANO"

## CRISE ESTUDANTIL 69

"COMBATERAM OS ESTUDANTES PELA FORÇA E NÃO OS  
AMEDRONTARAM. RECUSARAM-LHES O DIÁLOGO E ELES  
CONTINUARAM FALANDO SERENAMENTE. ENCARCERARAM E  
AMEAÇARAM PUNIR ALGUNS DOS SEUS MELHORES E OS  
ESTUDANTES CONTINUARAM CRITANDO A SUA LIBERDADE.  
TENTARAM DIVIDI-LOS E ELES CONTINUAM UNIDOS."

1.- Os movimentos estudantis verificados especialmente na Europa da década de 60, foram o reflexo do profundo descontentamento de uma juventude oprimida pelo capitalismo, à procura de um sistema social isento de todas as injustiças e misérrimas a que o capitalismo a sujeitava.

Maió/Junho 68, em França, terá sido, por ventura, a mais importante de todas estas manifestações.

No nosso país, a juventude estudantil ~~sub~~ também marcou a sua posição, não obstante as limitações impostas pela "disciplina" e "ordem" fascistas.

A crise académica que rebentará em Coimbra ao findar da década de 60, será o reflexo dum contexto sócio-político bem determinado, que se caracterizava - não obstante a demagogia da "liberalização" de Marcelo Caetano - por um regime 100% repressivo, que persistia em permanecer "orgulhosamente só", inapto e indesejoso do diálogo.

A guerra colonial levada a cabo por Salazar e Caetano, contra a vontade do povo português, e, muito especialmente, da juventude, que mais sofria com ela, por que se lhe deparava o horizonte de vir a morrer ou matar numa guerra que ela considerava injusta.

Apesar de todos os esforços das "autoridades" para refrear a luta popular, o que é certo é que o ascenso do movimento popular de massas acentuava extraordinariamente. No primeiro semestre de 1969 entraram, neste país, em greve, 100 000 trabalhadores.

Convém referir que não nos propusemos analisar a crise de 69, porque essa não é exactamente o objectivo que nos move neste momento. Procurámos, isso sim, dar uma ideia concreta e mínima do contexto em que se inseriu a memorável crise estudantil Coimbrã de 1969.

DIRECÇÃO GERAL DA AAC

UNIDADE ESTUDANTIL"

2- "...Se o ensino nos deve cada vez mais fazer perceber a necessidade de estar no mundo para alguma coisa, então não é própria a perda de tempo e é chegado a hora do diálogo em que professores e estudantes iniciem a tarefa da grande transformação democrática da ESCOLA PORTUGUESA".

..."Comunicámos aos Ministros da Educação e das Obras Públicas bem como ao Magnífico Reitor a nossa pretensão em estarmos presentes ao acto de inauguração da Faculdade de Matemática e não nos limitarmos à presença passiva de pessoa estranha. Por direito próprio, os ESTUDANTES de Coimbra, fracção maioritária e vital e razão de ser da Universidade querem fazer ouvir a sua voz".

..."Em conversa tida ontem com o Reitor expusemos conjuntamente a nossa intensão em nos fazermos ouvir. Foi-nos alegado fundamentalmente:

- 1-O Magnífico Reitor ao discursar representava toda a Universidade..
- 2-A possibilidade de um estudante falar vinha prejudicar as prescrições protocolares.
- 3-O Senhor Presidente da República tinha de visitar todo o edifício o que não lhe permitiria um alongar da sessão".

..."Talvez a voz dos estudantes se não encaixe no ritual dos panegíricos ou no "suave enlevo" dos cumprimentos. Mas..., se interessa que o jovem de hoje esteja em breve na nova escola, para ser "contemporâneo do futuro", então só um caminho se abre, o do diálogo.

Verdadeiramente consciente, pois, dum dever iremos esgotar todas as vias para que os estudantes, estando presentes, possam participar na sessão inaugurativa".

Transcrevemos extratos deste comunicado da então D.C. da AAC, datada de 16 de Abril de 1969, porque ele, em termos gerais, introduz-nos à crise académica que iria rebentar no dia seguinte.

Esgotar "todas as vias", significava também recorrer ao Presidente da República. E assim, Alberto Martins, presidente da AAC, interrogará o "ritual" da inauguração do edifício, no dia 17 de Abril, dirigir-se-á ao Chefe do Estado, pedindo-lhe a palavra. Este dará de imediato a palavra a dois Ministros, respectivamente das Obras Públicas e da Educação Nacional. Fimada a intervenção destes, todas as "altas individualidades" presentes, inesperada e apressadamente abandonarão a sala.

A recusa da pretensão dos estudantes em fazerem ouvir a sua voz, pretensão que se sabia simbólica relativamente às principais reivindicações estudantis foi, por assim dizer, o rastilho da crise.

De imediato, os estudantes manifestaram o seu profundo descontentamento.

A explosão dera-se.

Com ela, o pretexto a uma repressão que as autoridades académicas coerentes, na sua posição de fascistas de linha dura, anseavam poder desencadear. Tanto mais que as eleições para a D.G. da AAC, em 12 de Fevereiro, (onde os estudantes elegeram, por larga margem, a lista proposta pelo C.R.), "conquistadas pelos estudantes ao Governo", tinha dado a todos os anti-fascistas uma incontestável vitória.

E essa mesma repressão nem sequer se fez tardar.

Logo nas primeiras horas do dia 18 de Abril, Alberto Martins é preso pela PIDE. Esta prisão arbitrária levou à concentração de duas centenas de estudantes, em frente à sede da famigerada polícia política, que foi brutalmente reprimida, sem um único aviso, pela PSP à corunhada e com os seus cães. Há vários feridos, entre os quais, o Sr Mário do Café Oásis que sofreu fractura de crânio, e que mereceu posteriormente a solidariedade expressa dos estudantes em A.M.

Face à firmeza e unidade estudantis, a PIDE é forçada a libertar, depois de 8 horas de interrogatório consecutivo, o presidente da AAC sem, contudo, não ter perdido a oportunidade para lhe instaurar um processo criminal de "ofensa" ao Chefe do Estado a ser julgado no Tribunal Plenário, cuja ordem específica é a dos crimes políticos.

Mas esta libertação esteve longe de significar o abrandamento da repressão.

No dia 22, pela manhã, o M.E.N. suspende "preventivamente (...) de todas as prerrogativas universitárias..." e proíbe "...quaisquer actividades relacionadas com a Universidade, incluindo a frequência às aulas, até à conclusão do inquérito", 8 estudantes, sendo 6 da D.G. um da CNEP (Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses) e outro da Junta de Delegados de Ciências.

A resposta a estas medidas não se fez tardar. Nesse mesmo dia, à tarde, os estudantes aprovam a seguinte proposta:

"Que seja decretado o luto académico com várias formas:

- 1-Que amanhã, dia 23, os estudantes
  - a)-evitem sob todas as formas que as aulas se realizem;
  - b)-transformem essas aulas, sempre que possível, em debates onde sejam discutidos os últimos acontecimentos, bem como os problemas próprios da Faculdade (que essa discussão seja feita com base nos comunicados saídos).
- 2-Que se realize às 12 horas, amanhã, dia 23, uma A.M. nos Cerais onde sejam decididas as formas posteriores de luto académico, convidando os professores a tomar parte na mesma.
- 3-Que o luto sirva para reivindicar os seguintes pontos:
  - a)-levantamento imediato das suspensões e que não sejam instaurados processos disciplinares;
  - b)-não marcação de faltas aos estudantes suspensos;
  - c)-que, se eventualmente as suspensões se mantiverem, as faltas dadas pelos estudantes suspensos não sejam contadas.

A adesão ao luto foi praticamente total, chegando mesmo, nalgumas Faculdades, a verificar-se uma percentagem de 100% de aderentes.

O comunicado nº 3, de 23/4/69, da CNEP rezava assim:

De todos os pontos do país, e de todos os sectores da população, têm chegado aos estudantes de Coimbra mensagens de apoio e solidariedade. De antigos estudantes e dirigentes associativos espalhados por Portugal, dos cidadãos e jovens dos distritos de Braga e Aveiro, de variadíssimas equipas desportivas, dos alunos do Instituto Industrial de Coimbra, das alunas do Instituto de Assistência Sociais de Coimbra, das AAEE de Lisboa, dos organismos associativos do Porto.

Em alguns Liceus do País esboçam-se movimentos de luto académico que encontraram expressões muito significativas. Em Leiria e Covilhã teve lugar uma marcha de silêncio promovida pelos nossos colegas do Licáu.

Ainda no dia 22, os professores manifestaram igualmente a sua solidariedade para com os estudantes suspensos:

"115 professores manifestaram a sua solidariedade aos referidos estudantes e o interesse de serem recebidos pelo Presidente da República em diligência que possibilitava ao governo a solução imediata da crise.

As palavras dos estudantes, às diligências propostas pelos professores responde-se com o desprezo do silêncio, com a indiferença dos surdos-mudos que só ouvem e só querem ouvir o seu próprio pensamento.

Durante 13 dias, estudantes e professores sentem a angústia de quem clama no deserto. Com efeito, só no dia 30 de Abril o Ministro da Educação Nacional "achou conveniente e oportuno" mostrar-se àqueles que dele dependem e expr-lhes o seu pensamento.

"Usando de um direito que é negado aos estudantes o Direito de Informação o M.E.N. pretendeu informar o País sobre a evolução dos actos de indisciplina que nos últimos dias se têm verificado na Universidade de Coimbra -, pôr o País ao corrente da situação - tal foi "o objectivo palavras" que proferiu."

Assim, o fascista Hermano Saraiva, ministro de (des)-Educação deste País em 1969 "ilucidou a Nação", isto é, caluniou e mentiu todas as justas lutas dos estudantes de Coimbra.

Entretanto, o inevitável agudizar da crise levaria o governo a encerrar a Universidade, a 6 de Maio.

Os dias que se seguiram puseram à prova a força e unidade dos estudantes:

"Depois do arbitrário encerramento da Universidade, decretado pelo Ministro da Educação Nacional, os nossos colegas reunidos em Assembleia Magna no dia 9 de Maio, decretaram o luto académico em Exames sob forma a definir posteriormente. A partir de então, por toda a Academia, em todas as Faculdades, se desencadeou um estudo em profundidade das medidas a adoptar. Realizaram-se numerosas R.G.A.(s), apoiadas pela edição de grande número de documentos, por parte da AAC e das Juntas de Delegados.

Deste modo, e frustrando por completo as intenções desmobilizadoras do Governo, se mantiveram inalteráveis o entusiasmo e a combatividade dos estudantes que assim se prepararam para a grande decisão que viriam a tomar no dia 28 de Maio.

"Em memorável A.M., mais de 5.000 estudantes decretam por esmagadora maioria a abstenção a exames até que o Governo recue e satisfaça por completo as reivindicações estudantis: LEVANTAMENTO DAS SUSPENSÕES E INQUERITOS! LEVANTAMENTO DAS FALTAS! QUE NÃO HAJA NOVAS SUSPENSÕES OU CASOS!

Esta decisão significa que os estudantes não permitirão que se realize qualquer exame enquanto não forem atendidas as suas exigências. (comunicado nº 4 da CNEP, 31-5-69)

Este mesmo comunicado, fazia ressaltar a importância, a nível nacional, dos acontecimentos que se viviam:

"A Academia de Coimbra encontra-se na vanguarda da luta reivindicativa dos estudantes. Em Coimbra, as mais vastas camadas estudantis, batem-se frontalmente por reivindicações de alcance nacional contidas na Declaração de Coimbra: REVOGAÇÃO DE TODA A LEGISLAÇÃO ANTI-ASSOCIATIVA E ANTI-ESTUDANTIL! GESTÃO DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE! REPRESENTATIVIDADE ÀS A.E.! AMNISTIA E REINTEGRAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES E ESTUDANTES EXPULSOS E PRESOS! ABOLIÇÃO DA CENSURA E LIVRE ACESSO AOS ORGÃOS DA INFORMAÇÃO!"

Entretanto, chegava o dia 2 de Junho e com ele o início dos exames... "os estudantes de Coimbra e a própria cidade têm a amarga surpresa de assistir à aparatosa ocupação policial da sua Universidade.

Cordões da GNR a pé e a cavalo, cordões da PSP, destacamentos da polícia de choque tomaram conta da cidade universitária, impedindo o livre acesso a estudantes e professores.

Justificou-se a sua presença, invocando a "liberdade de exames" de uma pequena minúscula de indivíduos que, na denúncia e no egoísmo mesquinho logo se denunciaram no seu reduzíssimo número e na sua falta de coesão e solidariedade estudantil. Esta justificação não convenceu ninguém. O que se pretendia era aproveitar uma eventual manifestação e durante ela reprimir em força uma Academia e com o susto pregado quebrar a sua coragem.

Os estudantes, porém, evitaram toda e qualquer confrontação directa

com a polícia.

... A desordem que se desejava substituiu-se a distribuição de flores como forma concreta de destruir a propaganda que intencionalmente pretende pôr a opinião pública contra os estudantes, acusados de violência e desordens. As forças policiais não conseguiram as batalhas campais para que estão preparados. Tiveram, assim, de alterar a sua tática habitual. Com efeito aos cordões policiais juntaram-se as patrulhas que, de viatura, constantemente patrulhavam a cidade. As cargas de multidão substituíram-se as detenções, as prisões, as identificações, as provocações individuais" (comunicado da D.G., dirigido "A Cidade", datado em 15/6/69)

Contrariamente ao que as "autoridades" pretenderam fazer crer a greve aos exames representou uma vitória clara e inequívoca dos estudantes. A percentagem de traidores foi mínima, cifrando-se em apenas 13,2%

Quadro II do Sipe nº 6 de 24 de julho de 1969

FACULDADES	INSCRIÇÕES	EXAMES	% de ABSTENÇÃO
DIREITO	5860	881	85,0
LETRAS	4708	716	84,8
MEDICINA	5438	441	92,0
CIÊNCIAS	9199	1242	86,5
FARMÁCIA	296	98	66,8
UNIVERSIDADE	25551	3385	86,8

Mas a crise aberta não terminaria aqui.

No dia 11 de Julho, agentes da Polícia Judiciária invadiram as Instalações da AAC, sendo portadoras de mandatos de busca e apreensão.

Ante no mesmo mês, era conhecida a aplicação de processos disciplinares contra 40 estudantes "que mais se haviam destacado nos acontecimentos ocorridos entre 17 de Abril e 6 de Maio". Entre as duas centenas de estudantes presos, 15 deles só seriam libertados em princípios de Agosto sob caução de 15.000\$00 e depois de mais de um mês de quasi incomunicabilidade.

Mais tarde, aproveitando as férias, o governo viria, a 7 de Agosto a destituir a Direcção Geral e a encerrar a Associação Académica de Coimbra, com excepção para a Filatélica e Secções Desportivas.

Mas o mês de Setembro não se fez tardar e, com ele, o recrudescer da actividade estudantil. E, mais uma vez, reveio a feroz repressão da PSP e GNR.

... Apoio aos estudantes em luta (comunicado da Comissão Democrática Eleitoral)

Na quinta feira, 25 de Setembro, os estudantes de Coimbra foram convocados pelos seus dirigentes para uma reunião, a efectuar nos Jardins da AAC pelas 17 h.

Iam ser dadas informações sobre a actual situação universitária, trocadas opiniões sobre o desenvolvimento do movimento estudantil, com vista à preparação duma Assembleia Magna da Academia de Coimbra, marcada para o dia 29.

Os estudantes dispunham-se a exercer, por esse modo, o direito constitucional de se reunirem. O facto de ter sido a polícia a impedi-lo, bem caracteriza o reino do arbítrio instituído entre nós.

Seronamente, os estudantes foram para o Pátio das Escolas. Todavia, deparam com a Porta Férrea fechada, a lembrar-lhes a natureza opressiva e anti-humana duma Universidade que, ao fechar-se ao seu corpo discente, rejeita a única esperança de renascer.

Não sendo aquela ainda a sua casa, os estudantes agruparam-se no Pátio Exterior. A polícia chegou, poucos minutos depois. Nem aí, nem no campo de Santa Cruz (propriedade da AAC), para onde em última instância os estudantes se dispuseram a ir, lhes foi dada a possibilidade de se reunirem.

Em defesa do seu direito espesinhado os estudantes gritaram a palavra-LIBERDADE. Furiosamente, a polícia carregou. Com os cassetetes ao contrário, bateu em estudantes e não-estudantes, em mulheres, velhos e

crianças. Lançou gases lacrimogénios, invadiu casas particulares e cafés. Num deles - "Mandarim" - fez sair todas as pessoas, para fora, uma a uma espancando-se selvaticamente.

Pouco depois, a Baixa encheu-se de estudantes. Disseram dos seus direitos esbulhados palavras sóbrias e tocantes. A polícia carregou de novo.

Não escapou quem passava, quem saía do seu trabalho, mesmo quem se encontrava dentro de estabelecimentos.

Dia 29, segunda feira, estava marcada para as 16 horas um Assembleia Magna. As autoridades universitárias recusaram autorizá-la, logo secundada por um aparato policial distribuído pelas imediações da A.A.C., para garantir a eficácia da repressão.

Tudo isto não bastou ainda às autoridades. Os estudantes passaram a ser interpelados em plena rua e impedidos de passarem para a Baixa.

Profundamente revoltados por tais propositações mesmo assim foram-se juntando. E por volta das 19 horas repetiram-se as vergonhosas brutalidades do passado dia 25.

Não existem pretextos, nem mistificações, susceptíveis de servir de cobertura a uma tão vergonhosa conduta das autoridades responsáveis. Os estudantes de Coimbra, o povo de Coimbra, foram espancados.

A essência repressiva do actual regime aflorou mais uma vez à luz crua a do dia.

Os estudantes pretendiam, assim, discutir livre e democraticamente os acontecimentos que se tinham desenvolvido desde o eclodir da crise até ao mês de Setembro, e, muito particularmente, a posição a tomar face aos exames de 2ª época.

A AAC continuava encerrada e com ela se perdiam meios materiais imensos capazes de apoiar a luta estudantil. A maioria dos estudantes acabava de vir de férias e, por isso mesmo, muitos deles se encontravam ultrapassados pelos factos. Para cúmulo, assistia-se à negação, pela violência, de um dos direitos mais elementares do Homem: o direito de reunião.

Finalmente, o Governo concedera a "facilidade" aos estudantes de fazerem 3 cadeiras.

Tudo isto, levou os estudantes a optarem pela ida a exames.

Terá isto significado o fim da crise? Terão sido satisfeitas as reivindicações estudantis?

Já agora, saltemos no tempo: terá o 25 de Abril de 1974 trazido a reforma democrática, que se pretendia profunda, no ensino, em Portugal?

A crise do ensino manter-se-á ainda nos nossos dias? Se sim, ATÉ QUANDO?

DIRECÇÃO GERAL DA AAC

UNIDADE ESTUDANTIL

C.U.L. (Comité de Unidade e Luta)